

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de
2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas – Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstrações de resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2017 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro de R\$ 32,9 milhões, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 11,8 milhões. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Em 31 de dezembro de 2017 o Conglomerado Prudencial possui títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento”. Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia: O Conglomerado adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21%.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 29 de março de 2018.



*ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as



demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 20 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das



referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8



ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2017 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>ATIVO</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTE		16.489.992	10.558.948
DISPONIBILIDADES		23.305	42.428
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		1.463.421	2.806.810
Aplicações no mercado aberto		1.237.281	2.541.291
Aplicações em depósitos interfinanceiros		150.061	265.519
Aplicações em Moeda estrangeira		76.079	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		1.080.545	1.799.047
Carteira própria		839.150	1.332.714
Vinculados à compromissos de recompra		642	72.252
Vinculados à prestação de garantias		189.842	91.114
Instrumentos financeiros derivativos		50.911	302.967
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.529	1.570
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central do Brasil		1.394	1.443
Correspondentes		135	127
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		211.623	486.082
Operações de crédito - setor privado		339.105	562.515
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)		(127.482)	(76.433)
OUTROS CRÉDITOS		13.709.130	5.422.524
Carteira de câmbio		13.673.823	5.381.379
Rendas a receber		1.860	433
Negociação e intermediação de valores		585	-
Diversos		65.455	65.685
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)		(32.593)	(24.973)
OUTROS VALORES E BENS		439	487
Despesas antecipadas		439	487
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		992.938	581.012
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		248.602	92.276
Carteira própria		234.369	8.053
Vinculados à compromissos de recompra		-	504
Vinculados à prestação de garantias		-	75.212
Instrumentos financeiros derivativos		14.233	8.507
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		273.375	79.320
Operações de crédito - setor privado		33.151	79.320
Financiamentos - setor privado		241.596	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)		(1.372)	-
OUTROS CRÉDITOS		470.961	409.416
Carteira de câmbio		228.344	215.900
Diversos		242.617	193.516
PERMANENTE		1.978	2.464
INVESTIMENTOS		40	507
Outros investimentos		40	507
IMOBILIZADO DE USO		1.911	1.903
Outras imobilizações de uso		12.938	12.294
(-) Depreciações acumuladas		(11.027)	(10.391)
INTANGÍVEL		27	54
Ativos Intangíveis		385	385
(-) Amortização acumulada		(358)	(331)
TOTAL DO ATIVO		17.484.908	11.142.424



ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2017 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>PASSIVO</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTE		15.249.081	9.986.296
DEPÓSITOS		1.029.521	1.708.729
Depósitos à vista		148	455
Depósitos interfinanceiros		108.392	45.030
Depósitos a prazo		920.981	1.663.244
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		-	72.036
Carteira própria		-	72.036
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		15.185	17.591
Recursos em trânsito de terceiros		15.185	17.591
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		2.051.654	4.716.836
Empréstimos no exterior		2.051.654	4.716.836
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		78.274	428.188
Instrumentos financeiros derivativos		78.274	428.188
OUTRAS OBRIGAÇÕES		12.074.447	3.042.916
Carteira de câmbio		12.003.659	2.917.965
Fiscais e previdenciárias		28.447	34.418
Negociação e intermediação de valores		38	1.904
Diversas		42.303	88.629
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.430.253	372.666
DEPÓSITOS		868.493	35.598
Depósitos a prazo		868.493	35.598
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		240.823	-
Empréstimos no exterior		240.823	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		652	7.639
Instrumentos financeiros derivativos		652	7.639
OUTRAS OBRIGAÇÕES		320.285	329.429
Carteira de câmbio		228.727	221.025
Fiscais e previdenciárias		305	90.302
Diversas		91.253	18.102
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2.713	5.956
Resultado de exercícios futuros		2.713	5.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		802.861	777.506
CAPITAL:			
De domiciliados no exterior		503.364	503.364
Aumento de capital		47.086	-
Reserva de capital		3.170	2.460
Reserva de lucros		249.241	271.682
TOTAL DO PASSIVO		17.484.908	11.142.424



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	2017		2016
	Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	247.975	530.739	449.622
Operações de crédito	15.264	45.963	57.178
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	129.282	319.535	392.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	35.313	35.313	-
Resultado de operações de câmbio	68.116	129.928	-
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(268.959)	(498.741)	(436.578)
Operações de captação no mercado	(60.811)	(152.851)	(99.698)
Operações de empréstimos e repasses	(151.574)	(130.892)	1.246.147
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(154.957)	(521.826)
Resultado de operações de câmbio	-	-	(939.263)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(56.574)	(60.041)	(121.938)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.984)	31.998	13.044
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(10.890)	(30.773)	(42.450)
Receitas de Prestação de Serviços	26.614	40.540	22.125
Despesas de Pessoal	(34.811)	(57.701)	(56.710)
Outras Despesas Administrativas	(16.970)	(33.037)	(29.101)
Despesas Tributárias	(8.168)	(17.911)	(12.041)
Outras Receitas Operacionais	24.721	44.715	40.755
Outras Despesas Operacionais	(2.276)	(7.379)	(7.478)
RESULTADO OPERACIONAL	(31.874)	1.225	(29.406)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10.513	26.454	33
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(21.361)	27.679	(29.373)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28.945	7.395	41.190
Provisão para Imposto de Renda	5.426	(8.204)	(11.607)
Provisão para Contribuição Social	5.748	(5.260)	(7.799)
Ativo Fiscal Diferido	17.771	20.859	60.596
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(1.085)	(2.120)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.499	32.954	11.817
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(55.395)	(55.395)	(65.401)



ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2017 e 2016

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	503.364	-	2.277	49.058	317.318	-	872.017
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.817	11.817
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.418	-	(1.418)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	(55.001)	55.001	-
Outras Reservas	-	-	183	-	-	-	183
Dividendos pagos	-	-	-	-	(41.111)	-	(41.111)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(65.400)	(65.400)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	503.364	-	2.460	50.476	221.206	-	777.506
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.954	32.954
Aumento de capital	-	47.086	-	-	-	-	47.086
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.648	-	(1.648)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	(24.089)	24.089	-
Outras Reservas	-	-	710	-	-	-	710
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(55.395)	(55.395)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	503.364	47.086	3.170	52.124	197.117	-	802.861
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	503.364	-	2.514	51.798	221.206	25.133	804.015
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	6.499	6.499
Aumento de capital	-	47.086	-	-	-	-	47.086
Constituição de reserva legal	-	-	-	326	-	(326)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	(24.089)	24.089	-
Outras Reservas	-	-	656	-	-	-	656
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(55.395)	(55.395)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	503.364	47.086	3.170	52.124	197.117	-	802.861



ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2017 e 2016

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	52.836	67.203	134.661
Lucro líquido do semestre/ exercício	6.499	32.954	11.817
Depreciações e amortizações	328	662	722
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.575	60.041	121.938
Outras reservas	(53)	-	184
Resultado não operacional	(10.513)	(26.454)	-
Variação de ativos e passivos	434.201	(2.217.948)	2.446.171
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(471.814)	(275.408)	(25.033)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras	-	-	(145.454)
Redução em relações interfinanceiras	105	41	5.984
Redução em operações de crédito	104.252	27.984	260.475
(Aumento) Redução em outros créditos	(4.953.550)	(8.355.560)	762.504
Redução em outros valores e bens	63	48	35
Aumento em depósitos	655.924	153.687	1.329.646
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	-	(72.036)	71.536
(Redução) em obrigações por empréstimos	(202.396)	(2.424.359)	(723.626)
(Redução) em relações de interdependências	(60.032)	(2.406)	(88.539)
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(118.938)	(356.901)	256.534
Aumento em outras obrigações	5.405.852	9.013.811	743.155
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	74.735	73.151	(1.046)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	487.037	(2.150.745)	2.580.832
Atividades de investimento			
Alienação de outros investimentos	4.768	12.294	-
Aquisição de imobilizado de uso	560	644	500
Aquisição de intangível	-	-	6
Caixa líquido originado em atividades de investimento	5.328	12.938	506
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	-	-	(65.400)
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(65.400)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	492.365	(2.137.807)	2.515.938
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	994.361	3.624.533	1.108.595
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1.486.726	1.486.726	3.624.533
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	492.365	(2.137.807)	2.515.938

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Grupo”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Grupo detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as

receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial das entidades:

<u>Empresas</u>	<u>Atividades</u>
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos

tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu

nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção do Grupo, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado era calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais eram: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Grupo espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no período. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “pro rata temporis” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são

gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado. As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do “*Value at Risk*”, aplicação de “*Stress Testing*” com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração do Grupo, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pelo Grupo.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração do Grupo, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis do Grupo. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. O Grupo possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é o ING Bank N.V. (Filial de São Paulo).

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de

estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração do Grupo, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Grupo, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	23.305	42.428
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.463.421	2.806.810
Títulos e valores mobiliários	-	775.295
Total	<u>1.486.726</u>	<u>3.624.533</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$1.237.281 (R\$ 2.541.291 em 2016) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2017			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	839.150	-	839.150	835.842
	839.150	-	839.150	835.842
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	642	-	642	641
	642	-	642	641
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional	165.591	-	165.591	165.334
Cotas de Fundos de Investimento	24.251	-	24.251	24.251
	189.842	-	189.842	189.585
Total de títulos para negociação	1.029.642	-	1.029.642	1.026.068

Carteira Própria de títulos mantidos até o vencimento

Debêntures	-	234.369	234.369	234.369
	-	234.369	234.369	234.369
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	234.369	234.369	234.369
TOTAL GERAL	1.029.642	234.369	1.264.011	1.260.432

Títulos e valores mobiliários	2016			Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	775.294	548.195	8.053	1.331.542	1.330.864
Notas do Tesouro Nacional	9.225	-	-	9.225	9.224
	784.519	548.195	8.053	1.340.767	1.340.088
Vinculados à Recompra					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	72.252	504	72.756	72.733
	-	72.252	504	72.756	72.733
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	6.789	84.325	75.212	166.326	164.759
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
	6.789	84.325	75.212	166.326	164.759

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Foi constituída provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures considerada suficiente pela Administração, que atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A carteira de debêntures encontra-se custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do Grupo, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2017			Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Ativo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	-	8.269	8.269	7.152
- Taxa de juros	7.571	-	-	7.571	6.930
Ativo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	13.082	30.258	5.964	49.304	56.553
Totais por faixa de vencimento em 2017	20.653	30.258	14.233	65.144	70.635
Totais por faixa de vencimento em 2016	190.791	112.176	8.507	311.474	289.457

Instrumentos financeiros derivativos	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Passivo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(5.141)	(26.788)	(343)	(32.272)	(42.849)
Passivo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(17.364)	(27.971)	(309)	(45.644)	(41.055)
Outros	(1.010)	-	-	(1.010)	(1.010)
Totais por faixa de vencimento em 2017	(23.515)	(54.759)	(652)	(78.926)	(84.914)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(188.700)	(239.488)	(7.639)	(435.827)	(406.158)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

CONTRATOS	2017				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	2.111.153	4.270.206	1.404.950	-	7.786.309
- Taxa de juros	6.196.983	-	341.210	-	6.538.193
Hedge - risco de Mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	343.284	343.284
Total 2017	8.308.136	4.270.206	1.746.160	343.284	14.667.786
Total 2016	11.436.641	9.102.686	1.413.616	-	21.952.943

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 187.821 (R\$ 159.536 em 2016), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2020. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até janeiro de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste MTM
Instrumento de hedge			
Futuros - DI	(333.213)	(343.284)	(10.071)
Objeto de hedge			
Operações de crédito	34.610	41.259	6.649
CDB	300.000	303.181	3.181

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2017	2016
Futuros	142.658	(482.060)
Swaps	(13.291)	271.578
Termo	(249.070)	(311.084)
Outros	59	(260)
Total	(119.644)	(521.826)

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor Privado	2017	2016
Indústria	547.436	417.425
Outros serviços	66.402	224.370
Pessoas físicas	14	40
Total (*)	613.852	641.835

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 823 (R\$ 1.795 em 2016).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	2017	2016
Indústria	1.106.507	1.520.229
Comércio	351.492	916.479
Outros serviços	128.575	198.476
Total	1.586.574	2.635.184

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		2017	2016	2017	2016
AA	0%	-	-	324.504	2.196.373
A	0,5%	3.127	2.630	626.116	526.089
B	1%	8.921	2.312	892.123	231.216
C	3%	970	-	32.331	-
E	30%	21.370	96.464	71.233	321.545
F	50%	127.059	-	254.119	-
Total		161.447	101.406	2.200.426	3.275.223

c) Vencimento

Vencimento	2017	2016
A vencer até 90 dias	364.823	991.834
A vencer de 91 a 360	1.306.736	2.185.064
A vencer acima de 360	274.748	98.325
Vencidas até 180	254.119	-
Total	2.200.426	3.275.223

d) Movimentação da provisão

Provisão	2017	2016
Saldo Inicial	101.406	273
Constituição	1.035.030	319.134
Reversão	(974.989)	(218.001)
Saldo final	161.447	101.406

Em 31 de dezembro de 2017 há operações renegociadas no montante de R\$ 325.352 (R\$ 248.249 em 2016).

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	7.710.599	120.111	3.876.859	108.248
Direitos sobre venda de câmbio	5.919.157	108.233	1.451.137	107.652
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	44.067	-	53.383	-
TOTAL	13.673.823	228.344	5.381.379	215.900
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	6.084.502	120.494	1.385.193	113.373
Obrigações por compra de câmbio	7.461.664	108.233	2.085.576	2.136.649
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(1.542.507)	-	(552.804)	(2.028.997)
TOTAL	12.003.659	228.727	2.917.965	221.025

10. Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	35.363	55.490	34.457	32.805
Impostos a compensar	28.199	6.307	26.375	1.572
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	180.820	-	158.317
Adiantamentos a funcionários e terceiros	400	-	179	25
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-
Devedores diversos país	1.493	-	5.225	797
TOTAL	65.455	242.617	66.236	193.516

11. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2017				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	148	-	-	-	148
Depósito interfinanceiros	-	108.392	-	-	108.392
Depósito a prazo	-	550.559	370.422	868.493	1.789.474
Total por faixas de vencimento em 2017	148	658.951	370.422	868.493	1.898.014
Total por faixas de vencimento em 2016	470	1.210.176	845.833	35.598	2.092.077

12. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 567.920 (US\$ 822.188 em 2016) que representa R\$ 1.878.339 (R\$ 2.679.099 em 2016), a taxa de juros de até 7,5% ao ano e vencimentos até janeiro de 2019, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 125.216 (US\$ 625.360 em 2016) que representa R\$ 414.138 (R\$ 2.037.737 em 2016) com vencimentos até junho de 2018.

13. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	12.438	-	13.070	-
Imposto de renda e contribuição social	11.639	-	19.407	-
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	78.505
Impostos e contribuições diferidos	4.370	305	1.941	11.797
TOTAL	28.447	305	34.418	90.302

14. Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	-	-	55.591	-
Provisão para despesas de pessoal	13.503	1.342	9.234	2.123
Provisão para contingências (Nota 15b e c) (*)	-	86.843	-	10.964
Provisão para perdas com avais e fianças	20.101	1.498	21.627	-
Diversos	8.699	1.570	2.177	5.015
TOTAL	42.303	91.253	88.629	18.102

(*) Os valores de provisões fiscais foram reclassificados por orientação do Banco Central, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras obrigações diversas – Provisão para contingências.

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2016	Adições	Baixas/Reversões	31/12/2017
Trabalhistas	10.964	5.331	(1.004)	15.291
Total	10.964	5.331	(1.004)	15.291

	31/12/2015	Adições	Baixas/Reversões	31/12/2016
Trabalhistas	3.616	11.229	(3.881)	10.964
Total	3.616	11.229	(3.881)	10.964

- b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão*: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 20.736 (R\$ 20.087 em 2016). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento.
 - Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 11.129 (R\$ 10.119 em 2016). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
 - Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.055 (R\$ 5.753 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
 - Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.853 (R\$ 5.619 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.587 (R\$ 2.482 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 43.805 (R\$ 34.326 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de CPMF, em virtude de suposta falta de pagamento do tributo, processo encerrado (R\$ 9.354 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial. Caso foi encerrado na esfera judicial com vitória da ING CCT.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.646 (R\$ 5.318 em 2016). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Consolidado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 17.390 (R\$ 18.693 em 2016).

- c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Contingências” (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 16.786 (R\$ 15.915 em 2016), exigência de IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 16.883 (R\$ 16.043 em 2016) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 27.811 (R\$ 26.027 em 2016). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.
- d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 43.805, depósito feito em 2017, depósitos vinculados a Anistia R\$ 45.512 (R\$ 43.076 em 2016), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 28.755 (R\$ 26.805 em 2016), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.578 (R\$ 5.238 em 2016), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.278 (R\$ 4.798 em 2016), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 18.938 (R\$ 17.997 em 2016), créditos de IRRF

1999 no montante de R\$ 5.646 (R\$ 5.321 em 2016), compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.109 (R\$ 3.841 em 2016), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 11.129 (R\$ 10.118 em 2016) e dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda encerrado em 2017 (R\$ 32.071 em 2016). O saldo remanescente de R\$ 12.070 (R\$ 9.051 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2017			2016		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	1.588.634	-	108.681	2.689.255	-	61.764
Empréstimos do exterior	-	1.586.479	(102.034)	-	2.679.099	(51.608)

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 6.647 (R\$ 10.156 em 2016).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17. Patrimônio líquido

O capital social do Grupo corresponde a R\$ 503.364, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

Conforme Declaração/Deliberação elaborada em 28 de dezembro de 2017, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 55.395 relativo ao exercício de 2017, e Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2017, referente a Corretora, a respectiva capitalização desse valor, líquido de impostos. Adicionalmente, houve uma deliberação de 11 de janeiro de 2018, que aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 77.152. Essas deliberações aguardam a homologação do BACEN.

Conforme Declaração/Deliberação, realizada em 21 de janeiro de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais relativos ao lucro remanescente do exercício de 2015, cuja remessa foi efetuada em 27 de janeiro de 2016 no valor de R\$ 41.111.

18. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 90.853 (R\$ 67.261 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas a seguir:

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras provisões temporárias	67.261	63.242	(39.650)	90.853
Total	67.261	63.242	(39.650)	90.853

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras provisões temporárias	24.443	132.759	(89.941)	67.261
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	6.047	(8.045)	-
Total	26.441	138.806	(97.986)	67.261

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 4.369 (R\$ 1.940 em 2016).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

<u>Realização do crédito tributário</u>	<u>2017</u>
Ano-calendário 2018	35.363
Ano-calendário 2019	25.758
Ano-calendário 2020	17.119
Ano-calendário 2021	10.255
Ano-calendário 2022	2.358
Imposto de renda e contribuição social diferido	90.853

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 79.403 (R\$ 57.904 em 2016), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2017		2016	
Apuração de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	27.681	27.681	(29.373)	(29.373)
(-) JCP	(55.395)	(55.395)	(65.401)	(65.401)
(-) Participações nos resultados	(2.120)	(2.120)	-	-
Resultado antes dos impostos ajustado	<u>(29.834)</u>	<u>(29.834)</u>	<u>(94.774)</u>	<u>(94.774)</u>
Adições ou exclusões temporárias	55.796	55.796	143.910	143.910
Ajuste contábil referente futuros	(6.561)	(6.561)	47.796	47.796
Ajuste MTM Sw ap e títulos públicos	1.163	1.163	(34.661)	(34.661)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.190	61.190	121.938	121.938
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(4.959)	(4.959)	2.882	2.882
Provisão para gratificações	1.646	1.646	805	805
Outras adições e exclusões diversas	3.317	3.317	5.150	5.150
Adições ou exclusões permanentes	338	338	(150)	(150)
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	(9.991)
Base tributável	<u>26.300</u>	<u>26.300</u>	<u>48.986</u>	<u>38.995</u>
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	<u>(3.945)</u>	<u>(5.260)</u>	<u>(7.348)</u>	<u>(7.799)</u>
Adicional de IR (alíquota 10%)	<u>(2.582)</u>	<u>-</u>	<u>(4.851)</u>	<u>-</u>
Redução de imposto por incentivos	<u>149</u>	<u>-</u>	<u>592</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>(6.378)</u>	<u>(5.260)</u>	<u>(11.607)</u>	<u>(7.799)</u>
Ajuste de exercícios anteriores	<u>(1.826)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(8.204)</u>	<u>(5.260)</u>	<u>(11.607)</u>	<u>(7.799)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	1.163	1.163	(34.661)	(34.661)
Provisões não dedutíveis temporariamente	66.469	(67.332)	126.535	121.613
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	(9.991)
Provisões não dedutíveis CSSL a 15%	-	133.801	-	4.924
Outras diferenças temporárias	(6.561)	(6.561)	47.831	47.832
Base tributável diferida	<u>61.072</u>	<u>61.072</u>	<u>139.705</u>	<u>129.717</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>15.268</u>	<u>5.591</u>	<u>34.926</u>	<u>25.670</u>

19. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	2017	2016
Ativo e (passivo)		
Depósitos à vista	(148)	(455)
Empréstimos no exterior	(1.876.533)	(3.875.405)
Outros créditos - câmbio	12.260.747	1.439.078
Outras obrigações - câmbio	(12.232.386)	(1.498.566)
Juros sobre capital próprio	-	(55.591)
Receitas e (despesas)		
Resultado de câmbio	10.255.255	(45.865)
Outras receitas operacionais	22.195	20.641
Resultado de empréstimos no exterior	127.040	929.313
Despesas com juros sobre o capital próprio	(55.395)	(44.984)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 5.350 (R\$ 4.581 em 2016) de remuneração fixa, e de R\$ 2.878 (R\$ 2.271 em 2016) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

O Grupo registrou despesas no valor de R\$ 710 (R\$ 184 em 2016), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

20. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 1.081.743 (R\$ 672.973 em 2016). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do índice de Basileia era de 21,4% (22,6 % em 2016).
- c) O Grupo patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 929 (R\$ 790 em 2016).
- d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de

processamento de dados R\$ 6.696 (R\$ 6.685 em 2016), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 2.212 (R\$ 2.742 em 2016), aluguéis R\$ 2.354 (R\$ 3.787 em 2016), serviços técnicos especializados R\$3.934 (R\$ 5.204 em 2016), serviços de terceiros R\$ 930 (R\$ 1.790 em 2016), despesas com comunicação R\$1.037 (R\$ 1.105 em 2016) despesa com manutenção e conservação R\$ 1.428 (R\$ 1.445 em 2016), despesas de viagem R\$ 1.043 (R\$ 581 em 2016) e outras despesas administrativas compostas basicamente por alocação de custos da matriz R\$ 7.515 (não houve em 2016).

- e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$22.549 (R\$20.798 em 2016), atualização de depósitos judiciais R\$ 10.441 (R\$ 10.753 em 2016) e variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 3.613 (não houve em 2016).
- f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 5.151 (R\$ 6.384 em 2016), e provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 1.811 (R\$ 828 em 2016).
- g) Resultado não operacional no montante de R\$ 26.454, refere-se basicamente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e CETIP, que deram origem a B3, e posterior venda das ações remanescentes da B3 após a unificação.

21. Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco detinha operações de cédulas de crédito bancário em atraso no montante de R\$ 127.059, liquido de provisão. Em 26 de fevereiro de 2018, foi celebrado o contrato de cessão da totalidade dessas operações à parte não relacionada a Filial pelo montante de R\$ 138.812, cuja liquidação financeira ocorreu na data de 2 de março de 2018.